



Portal de Legislação do Município de Carazinho / RS

DECRETO EXECUTIVO Nº 077, DE 13/06/2008

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 5º DO DECRETO EXECUTIVO Nº 064/08 INSTITUI AS AÇÕES E OS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE CARAZINHO.

ALEXANDRE A. GOELLNER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARAZINHO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O [artigo 5º do Decreto Executivo nº 064](#), de 13 de maio de 2008, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 5º Nos processos administrativos sanitários, a apresentação de defesa ou impugnação ao Auto de Infração será julgada pela autoridade sanitária imediatamente superior ao servidor que procedeu a lavratura do Auto de Infração. É assegurado ao autuado o direito de recorrer da decisão condenatória, sendo que o primeiro recurso deverá ser dirigido à autoridade hierarquicamente superior a que realizou o primeiro julgamento. Se mantida a decisão condenatória, caberá a apresentação de um segundo recurso a ser dirigido ao superior da autoridade que julgou o primeiro recurso.

§ 1º Nos casos em que o Auto de Infração não for lavrado pelo servidor que exerce fiscalização e coordenação da vigilância sanitária, as autoridades julgadoras à defesa ou impugnação do Auto de Infração, ao primeiro recurso à decisão condenatória e ao segundo recurso, serão o Coordenador da Vigilância Sanitária, o Secretário Municipal da Saúde e o Prefeito, respectivamente.

§ 2º Quando o Auto de Infração for lavrado pelo servidor que exerce fiscalização e coordenação da vigilância sanitária, as autoridades julgadoras à defesa ou impugnação do Auto de Infração, ao primeiro recurso à decisão condenatória e ao segundo recurso, serão uma Comissão Técnica, o Secretário Municipal da Saúde e o Prefeito, respectivamente.

I - A Comissão Técnica que fará o julgamento da defesa ou impugnação do Auto de Infração será constituída por 03 (três) servidores da Área de Vigilância em Saúde, com atribuição designada pelo Prefeito.

§ 3º Os prazos para defesa e recurso seguirão os contidos no Manual do Processo Administrativo Sanitário da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul que tem como base a [Lei Federal nº 6.437/77](#).

§ 4º A Vigilância Sanitária Municipal, quando necessário, encaminhará documentos integrantes de processos administrativos sanitários para análise jurídica pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos ou Assessoria Jurídica do próprio setor em caso de existência da mesma." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de junho de 2008.

ALEXANDRE A. GOELLNER
Prefeito

*Registre-se e publique-se no Painel de
Publicações da Prefeitura:*

ISOLDE MARIA DIAS
Secretária da Administração
VG/IMD

FP() HL()